**CONTAS PÚBLICAS**

# Em vitória do governo, Senado aprova ajuste fiscal

Casa rejeita destaques que poderiam desidratar medidas. Projeto vai agora à Câmara, e Motta convoca sessão para segunda-feira

» LUÍZA ALTOÉ

O plenário do Senado concluiu, ontem, a votação do projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal das contas públicas. Os parlamentares rejeitaram os destaques apresentados, que poderiam desidratar a matéria, e validaram as mudanças no texto-base aprovado na semana passada: foram 69 votos favoráveis e dois contrários. Agora, o PLP segue para análise da Câmara. O relator será Mauro Benevides (União-CE). Ele afirmou que não fará alterações no conteúdo, para garantir uma tramitação célere. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou para segunda-feira uma sessão extraordinária destinada a apreciar a proposta.

"Quero registrar que para nós esse pacote representa apenas um primeiro passo, mas que se faz necessário que o governo e as autoridades brasileiras se conscientizem de que, para que tenhamos um ambiente econômico saudável, precisamos garantir um ajuste econômico fiscal mais robusto para o nosso país", disse Motta, de Buenos Aires, onde participa de um evento.

No Senado, a base governista mobilizou parlamentares e conseguiu derrubar três destaques da oposição, impedindo alterações significativas no projeto. Após a análise desses destaques, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto, sugeriu um acordo sobre as mudanças na Lei Kandir, que vinham incomodando a oposição e governadores. Por fim, a matéria aprovada passa o limite dos repasses da União aos estados e municípios de R$ 1 bilhão para R$ 2 bilhões entre 2027 e 2030, com a recomposição linear sendo paga entre 2028 e 2030. A oposição concordou com a mudança e retirou o quarto destaque que tratava do assunto.

O primeiro destaque votado foi o apresentado pelo líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). Entre outros pontos, retirava trechos do PLP e reduzia o limite do crescimento das despesas de 2% para 0,6%. A proposta foi derrubada por 47 votos a 30. Outro destaque tratava das compensações previdenciárias. O item foi mantido por 45 votos a 32. O projeto diz que, entre os exercícios de 2027 e 2030, fica limitado a R$ 3 bilhões ao ano o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de estados e municípios.

Waldemir Barreto/Agência Senado



**O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti (E), comemora com Braga e Alcolumbre a aprovação do pacote fiscal no Senado**

> **A aprovação do ajuste fiscal é uma vitória do Brasil, da política e do Congresso. Muitas vezes, as críticas a um determinado projeto vêm com uma pitada da questão eleitoral. Aqueles que não tiveram êxito na eleição tentam desqualificar matérias importantes para o Brasil"**
>
> ***Davi Alcolumbre (União-AP),*** *presidente do Senado*

## Créditos tributários

Outro tema objeto de destaque e mantido pelos senadores se refere à possibilidade de o governo restringir a "compensação cruzada", ou seja, o uso de créditos tributários pelas empresas para quitar impostos. O trecho tornou-se o principal ponto de impasse do Planalto com o setor empresarial e a oposição. Foram 49 votos pela manutenção e 31 contra. Hoje, empresas que possuem créditos tributários reconhecidos pela Receita Federal podem usá-los para quitar impostos devidos. O projeto restringe essa possibilidade em determinadas situações de contenção de despesas.

Encerrada a análise dos destaques, o relator apresentou um novo substitutivo ao texto, o que demandou uma votação da matéria em turno suplementar. Uma das mudanças no PLP foi uma emenda da senadora Tereza Cristina (PP-MS), em uma sinalização ao setor produtivo. A alteração garante que os créditos das contribuições para PIS/Cofins não aproveitados até a extinção dessas contribuições continuem válidos e possam ser usados para compensar a Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), criado pela reforma tributária.

Após a votação, Braga afirmou à imprensa que o impacto do pacote é de R$ 50 bilhões em 2027. Antes das mudanças realizadas no texto, ontem, a estimativa era de algo entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões. Segundo o relator, a emenda da senadora Tereza Cristina não interferiu nos números. O governo tem pressa para aprovar o PLP na Câmara logo, para viabilizar o Orçamento de 2027.

O projeto possibilita que o crescimento das despesas primárias seja limitado a 2% ao ano, a partir de 2027, mediante contingenciamento. O teto atual, segundo o arcabouço fiscal, é de 2,5%. Em caso de ameaça do descumprimento do centro da meta, o texto prevê a possibilidade de redução ou cancelamento de quaisquer despesas primárias, ressalvadas as obrigações constitucionais.

## Fundo Constitucional

O PLP também define que os repasses anuais do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) continuem sendo corrigidos pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, inclusive em 2027. A medida evita que o fundo perca cerca de R$ 1,8 bilhão do seu orçamento para o próximo ano.

O projeto também amplia, de 10% para 20%, a redução de benefícios fiscais implementados em setores estratégicos. Fica de fora desse corte a desoneração da folha, além dos benefícios para o setor de tecnologia da informação (TI) e semicondutores, bem como as isenções para aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou autismo.

O texto ainda estabelece o prazo de 60 dias — contados da publicação da lei — para que o Congresso defina limites aos supersalários do funcionalismo público. Inicialmente, o prazo era de 120 dias, mas foi reduzido pelo relator ao acatar uma emenda do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Outro emenda do parlamentar acatada diz que, quando o resultado das contas do governo for inferior a 0,5% do PIB, o Executivo apresentará as causas do resultado e as medidas previstas para a sua melhoria.

Outro ponto amplia a exclusão dos royalties do petróleo do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), para que funcione também quando houver previsão de superavit. Além disso, veda que a receita obtida com o Imposto de exportação do petróleo seja contabilizada na RCL para fins de cálculo das despesas mínimas.

A medida pode interferir, por exemplo, nas despesas com a saúde, que tem o piso constitucional calculado com base na RCL. No sentido contrário de ajustes fiscais, a matéria autoriza, no orçamento de 2026, que R$ 10,5 bilhões da subvenção do diesel sejam desconsiderados do cálculo da meta.

**Saiba mais**

### Alcolumbre e Moretti

*A aprovação do pacote de ajuste fiscal no Senado é creditada ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que passou os últimos dias em diálogo com governo e senadores dos demais espectros para angariar o apoio mínimo necessário — 41 votos —, bem como ao ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. Ao longo da discussão, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ficou escanteado das negociações.*

# Ministro dá estocada no mercado financeiro

» ARMANDO HOLANDA

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, afirmou que o governo trabalha para votar, até terça-feira, na Câmara, o projeto de ajuste fiscal aprovado pelo Senado. Ele assegurou que há um acordo das lideranças partidárias para manter o texto sem alterações.

"É o compromisso dos líderes, é o compromisso do presidente Hugo Motta, que nós vamos ratificar e aprovar o mesmo conteúdo que saiu aqui do Senado", declarou a jornalistas.

O deputado classificou o resultado no Senado como uma "vitória extraordinária" do governo, sobretudo pela derrota dos destaques apresentados pela oposição. Entre eles, citou a proposta defendida pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), associado por Guimarães à política de cortes de despesas apresentada por Flávio Bolsonaro durante a campanha presidencial. "O destaque mais perigoso, que era o das descompensações tributárias, nós tivemos 45 votos", frisou.

Nos bastidores, Guimarães atribuiu o resultado a uma ofensiva de articulação política intensificada nas últimas 24 horas. O petista reconheceu que, na terça-feira, o Planalto ainda não reunia os votos necessários para aprovar a proposta original. A reversão do cenário, segundo ele, envolveu negociações com lideranças partidárias, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) e o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP).

"É um trabalho de bastidor, aquele trabalho fino de diálogo e construção que eu estou até meio cansado, mas valeu muito essa vitória do nosso governo", frisou. O titular da SRI também buscou minimizar as divergências internas no PT, que se intensificaram durante a discussão das medidas fiscais. Para ele, os questionamentos de integrantes da legenda foram legítimos e fazem parte das negociações necessárias à aprovação de matérias consideradas prioritárias.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



**Guimarães: "Vamos aprovar o mesmo conteúdo que saiu do Senado"**

Questionado sobre os sinais enviados ao mercado financeiro, Guimarães reagiu à cobrança por medidas adicionais de contenção de despesas. "O governo não vai ficar governando em função dos interesses do mercado, tem que governar em função dos interesses do Brasil", rebateu. Ele sustentou que a proposta concilia responsabilidade fiscal e manutenção dos investimentos sociais, sem comprometer as promessas assumidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral.

A avaliação do Planalto é de que a aprovação representa um primeiro teste da capacidade de articulação do governo após a reeleição do petista. Guimarães aposta que a manutenção do acordo no Congresso permitirá ao presidente iniciar o quarto mandato com instrumentos fiscais aprovados, preservando as políticas sociais consideradas prioritárias pela gestão.

# Moretti: ponto central é equilíbrio das contas

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse que o foco do governo, neste momento, é levar o projeto de lei complementar do ajuste fiscal (PLP nº 299/2026) para votação na Câmara, após o Senado concluir a tramitação do texto.

"Estamos conversando com o presidente Hugo Motta, vamos aprovar o projeto na Câmara, sancioná-lo e seguir com a LOA, seguir com a nossa política de estabilização de preço de combustível, entregar a meta de resultado primário no ano que vem para dar confiança, segurança à sociedade, aos agentes econômicos e ajudar a baixar essa taxa de juros", disse o ministro a jornalistas após a conclusão da votação pelos senadores.

Indagado sobre a necessidade de medidas adicionais, ele respondeu: "Vamos acabar a discussão do PLP e depois a gente faz a avaliação necessária. Mas o ponto central para a gente é seguir com o nosso processo de equilíbrio das contas, entregar o orçamento no azul no ano que vem, preservando nossas políticas públicas essenciais à população".

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que a aprovação na Câmara deverá ser sem mudanças. "O presidente Hugo Mota e o presidente Davi participaram de todos os diálogos desde a concepção do plano, desde a primeira conversa do ministro Moretti com os presidentes até o momento atual", argumentou o parlamentar.

O projeto foi apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-líder do governo, na quarta-feira passada, e votado no dia seguinte.

O texto desagradou economistas e mercado financeiro, para o qual a medida vai na direção certa, mas é tímida demais; e políticos de esquerda, que avaliam o pacote como rigoroso demais e um aceno ao mercado financeiro.